

Desigualdade tem alta similar à dos anos 1980

Disparidade de renda sobe há 11 trimestres consecutivos, em longa trajetória só vista entre 1986 e 1988, segundo dados da FGV Social. Em 4 anos, pobreza avança 33%, atinge 23,3 milhões de brasileiros e atrasa retomada da economia

GLAUCE CAVALCANTI
glauce@oglobo.com.br

A desigualdade de renda no Brasil sobe há 11 trimestres consecutivos, numa sequência longa de alta não registrada desde os anos 1980, considerados como a década perdida. Entre o fim de 2014 e junho deste ano, o Índice de Gini —que, quanto mais próximo de um, mostra que a renda é mais concentrada— saltou de 0,5636 para 0,5915. Apenas entre 1986 e 1988 houve um período tão longo e contínuo de piora na desigualdade. O aumento da disparidade de renda é efeito da crise e, principalmente, do desemprego, segundo dados compilados por Marcelo Neri, diretor da FGV Social.

— É importante entender que a demora para reativar a economia não está ligada apenas à restrição fiscal trazida pela recessão. Do início da crise para cá, houve alta da desigualdade, o que impacta o bem-estar da população, aumenta a pobreza e atrasa a recuperação econômica do país —argumentou ele.

DESEMPREGO AFETA RENDA

Um pilar desse obstáculo à recuperação da economia, continua Neri, está no aumento do número de pobres, que

avançou 33% desde 2014. Em quatro anos, mais 6,27 milhões de brasileiros cruzaram a linha da pobreza, como antecipou o colunista do GLOBO Ancelmo Gois. Ou seja, vivem com menos de R\$ 233 por mês, de acordo com o dado deste mês da FGV Social. No total, são 23,3 milhões de pessoas nessa condição, o equivalente a 11,18% da população.

— No início da crise, houve estagflação, que é quando ocorre aumento do desemprego e também da inflação. No auge da recessão, em 2016, a inflação explicava 70% da queda da renda do trabalho no país. Nos últimos três anos, o desemprego é o grande causador da queda de renda —destacou Neri.

Com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, ele mostra que a renda domiciliar *per capita* do trabalho chegou a um pico de R\$ 979,81 no fim de 2014, com avanço de R\$ 70 em quatro anos. A partir daí, cai até chegar a R\$ 908,84, no terceiro trimestre de 2016, voltando ao patamar de 2012. De lá para cá, recuperou R\$ 30, chegando a R\$ 938,09 em junho último.

O movimento de retração na renda, ainda que já apre-

sente alguma recuperação desde 2017, foi acompanhado do aumento na desigualdade. A combinação desses dois fatores é utilizada para compor o índice de bem-estar, calculado pela FGV Social.

— O bem-estar geral no Brasil caiu 10,6% desde 2014, com o indicador voltando a 383, patamar similar ao de 2012, quando ficou em 380. Isso quer dizer que, em bem-estar social, não se pode falar em recuperação. O

avanço conquistado até 2014, quando o indicador chegou a 428, foi neutralizado depois — afirmou ele.

Neri chama a atenção para a importância de o governo focar em políticas públicas que colaborem para a redução da pobreza e da desigualdade, não só por uma questão de justiça social, mas como forma de estimular a economia:

— A população mais pobre gasta sua renda em consumo, isso aumenta a demanda e

faz a economia girar. Um aumento no Bolsa Família, como está sendo feito este ano, tem impacto relevante. Cada R\$ 1 do programa pode elevar o PIB em R\$ 1,78. No caso dos recursos liberados em saques do PIS/Pasep, esse multiplicador é de R\$ 1,06. Já o das contas inativas do FGTS, como foi feito ano passado, de apenas R\$ 0,39.

A longa trajetória de aumento da desigualdade não acontece desde o fim dos anos

1980, explica ele, após o revés do Plano Cruzado, quando houve inflação e desigualdade em taxas recordes:

— A piora na performance social do Brasil explica o mau desempenho econômico. Há três grandes desafios para atuar nesse segmento, a inflação, que parece estar vencida, o desemprego e a questão do ajuste fiscal, que reduz a capacidade do governo de implementar políticas públicas e programas específicos.



FABIANO ROCHA/9-8-2018

Efeito multiplicador. Para Marcelo Neri, políticas públicas voltadas para redução da pobreza e da desigualdade estimulam consumo e a economia do país

Chefes de família perdem emprego, e diferença entre gêneros diminui

Nos últimos três anos, entre o segundo trimestre de 2015 e o de 2018, a crise econômica enfrentada pelo Brasil fez com que a renda média do trabalhador, incluindo aqueles que estão desempregados, recuasse em 3,44%. Enquanto os homens registraram perda de 5,63% na renda, as mulheres tiveram avanço de 0,37% no período.

— O diferencial de gênero

caiu desde 2015, apontando que as mulheres têm desempenho melhor. Na prática, traduz a forma como o trabalhador adicional recorreu ao mercado para ajudar a recompor a renda familiar, por isso recaiu mais sobre a mulher. Ou seja, o chefe da família perdeu renda, principalmente pelo desemprego, e a mulher foi ao mercado — explica Neri.

Enquanto a renda do chefe de família encolheu em 10,38%, a do cônjuge avançou 17,98%. As mulheres tiveram desempenho positivo em todos os componentes considerados para calcular esse avanço.

— Considerando o recorte de cônjuge, o aumento da participação delas no mercado de trabalho foi de 8,9%, com variação positiva

em renda, de 0,31%, e número de horas trabalhadas, crescendo também em salário/hora. A mulher foi bem-sucedida nessa recomposição da renda. Os chefes de domicílio perderam em todos as variáveis — disse ele.

JOVENS MAIS PREJUDICADOS

Na outra ponta, os mais jovens foram os mais prejudicados, ao considerar o impacto

da crise para a renda do trabalhador. Entre aqueles na faixa de 20 a 24 anos de idade, a queda foi de 13,94% em três anos. Já para os de 15 a 19 anos, o tombo chegou a 20,06%.

— Vemos que também os filhos atuaram para complementar a renda da família durante a crise econômica, com aumento de 0,59% de participação deles no mercado de traba-

lho. Mas eles não tiveram o sucesso das mulheres: sua renda recuou 10,82%.

Neri pondera que a saída do quadro atual depende de dois fatores principais. O primeiro deles é a queda do desemprego — que chegou a uma taxa de 12,3% no trimestre encerrado em julho, segundo o IBGE. Em paralelo, seria preciso aumentar os salários médios.

— Aumento de salário depende de maior produtividade, o que é difícil obter — disse ele. *(Glauce Cavalcanti)*

MAIS DESIGUAL

**Disparidade de renda cresce há quase
3 anos. Pobres já são 23,3 milhões** PÁGINA 23